

ESPAÇO MUNDIAL E ORDEM POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização

Carlos R. S. Milani
Ruthy Nadia Laniado

INTRODUÇÃO

Dos múltiplos discursos sobre as relações internacionais – como conjunto de narrativas e ideologias construídas que denotam uma visão de mundo e reflexionam, de modo parcial ou abrangente, sobre a realidade social internacional – decorrem teorias explicativas sobre a política mundial, seus atores, organizações, regimes, relações de poder e processos decisórios (Fairclough, 1995; Maclean, 2000). O discurso geopolítico e militar, por exemplo, enfatiza projeções estratégicas e indagações de natureza conspiratória, sobresaindo-se em contextos de autoritarismo político no plano doméstico dos países ou em momentos históricos de conflito real ou potencial entre países (o caso da Guerra Fria). No caso do Brasil, o discurso militar da Escola Superior de Guerra dos anos 60 e 70 implementou um projeto internacional de Estado fundado na segurança nacional, na defesa do país e na preservação da integridade territorial. Já o discurso diplomático descrevendo as relações internacionais como apanágio da máquina burocrática estatal – tem ressaltado o Estado

como ator monopolizador da representação legítima do interesse nacional nas negociações internacionais. Ambos os discursos descrevem a política internacional como resultante de relações entre diferentes comunidades políticas autônomas (organizadas sob a forma de Estados nacionais), que buscam impor o poder soberano umas sobre as outras. Nos dois casos, a concepção e o entendimento sobre o que são e devem ser as relações internacionais ocorrem em um espaço mundial marcado por relações anárquicas (estado de natureza, princípio da auto-ajuda e ausência de uma soberania supranacional), pela homogeneidade dos atores internacionais (Estado com visão estratégica e maximização utilitarista dos interesses) e por um ciclo de equilíbrio e repetição da relação entre nações (equilíbrio do poder, guerra como contingência normal das relações de poder). Guerra e diplomacia têm sido, por conseguinte, as duas faces do sistema internacional: o militar (uso da força) e o diplomata (negociação) constituem-se em figuras complementares na defesa do interesse nacional no concerto das nações (Aron, 1986; Morgenthau, 2003; Nogueira; Messari, 2005).

Já o discurso midiático sobre as relações internacionais tende a pôr em relevo o papel das simbologias e das idéias na construção do imaginário da globalização, a partir da função central que assumem as redes informacionais e comunicacionais na transmissão instantânea e sem mediações de fatos relacionados a guerras, protestos de rua, massacres e crises humanitárias, bem como desastres ecológicos. A mídia global corporativa (e, em menor grau, a mídia alternativa e independente) acelera a circulação de informações sobre as diferentes realidades locais, podendo, porém, engendrar, ao mesmo tempo, simulacros em torno da aproximação dos diferentes habitantes da “aldeia global” no seio de democracias cibernéticas (Zizek, 2003).

Finalmente, o discurso militante (por exemplo, no âmbito do Fórum Social Mundial) traz à baila as novas bandeiras dos movimentos e organizações, assim como a demanda por democratização dos processos decisórios e de participação de novos atores, também produzindo inteligência e denúncia sobre a política mundial contemporânea, reprodutora de desigualdades e injustiças (uma problemática democrática) na distribuição de bens e condições materiais e na política de reconhecimento do outro (cultura, raça, gênero). Esses dois últimos discursos são pouco integrados pela teoria das relações internacionais. A produção acadêmica, nesse campo, encontra-se, ainda hoje, associada de modo bastante conservador quase exclusivamente aos dois primeiros discursos referidos anteriormente.

É evidente que, no momento histórico atual, ainda bastante marcado pela concepção neoliberal dos mercados globais auto-reguláveis, a abertura do campo teórico-metodológico das relações internacionais a outros discursos e visões de mundo pode incorrer no risco de corroborar teses de minoração do papel do Estado na governança global.¹ Para as correntes liberal-idealistas, o aspecto

fundamental na teoria das relações internacionais é, em última instância, o bem-estar do indivíduo; os meios para sustentá-lo são, respectivamente, o livre-comércio, a democracia e as instituições internacionais (Doyle, 1986). O Estado seria, para essa corrente, um mal necessário, sempre voltado para proteger os interesses do indivíduo, porém jamais para oprimi-los. No entanto, a problemática construção da democracia no “governo do mundo” não pode negligenciar os perigos de uma governança global contra o Estado e as repercussões teóricas que daí advêm (Hermet, 2005). Como assinala Kazancigil (2002), a governança global tem sido pensada e praticada como uma forma de fazer política sem políticos; entretanto, uma vez que não há instituições verdadeiramente representativas no plano internacional e que a democracia se encontra ainda alicerçada – tanto institucional quanto territorialmente – dentro dos limites nacionais, permanece aberta a questão: como instaurar uma governança mundial que incorpore a política democrática? Foi justamente nessa armadilha que caíram algumas construções teóricas sobre uma governança mundial fundada na não-conflitualidade e no consensualismo mágico entre os atores internacionais, sobretudo nos anos 1990 (Milani; Arturi; Solinis, 2002).

Neste artigo, procura-se integrar um duplo desafio: em primeiro lugar, assumir a necessidade de ampliação dos discursos vigentes sobre o espaço mundial e, concomitantemente, contornar visões despolitizadoras da política mundial. Admite-se, contrariamente ao que pressupunha o realismo clássico, a existência e a influência de atores na política internacional que não se restringem exclusivamente aos Estados nacionais (Faro de Castro, 2001). O ambiente e as regras internacionais modificam-se graças à diversificação dos centros de poder, à emergência de uma agenda política (em alguns aspectos) mais descentralizada e menos

¹ A Comissão das Nações Unidas sobre a Governança Global, em seu relatório *Our Global Neighborhood* (1994), definiu a governança global como um modo de gestão das interdependências, um dispositivo pluralista que permita à comunidade internacional resolver os problemas comuns que enfrenta e possibilite à economia internacional ultrapassar as contradições que ela própria

engendra. São inúmeras as publicações sobre este tema, mas, para uma revisão crítica da literatura, recomendam-se os números 155 (1998) e 170 (2001) da *International Social Science Journal* da UNESCO (disponíveis em vários idiomas e, em espanhol, no *website* da UNESCO).

hierarquizada, criando, assim, as condições de atuação dos novos atores mundiais, especialmente multilaterais e não-estatais, que interagem por meio de redes transnacionais. Claro está que, do ponto de vista teórico e metodológico, analisar e compreender os fenômenos políticos em dimensão mundial constitui grande desafio para as ciências sociais contemporâneas, principalmente ao pretender-se afiliar a presente proposta à perspectiva crítica da sociologia política das relações internacionais (Badie, 1995; Cox; Sinclair, 1996; Smouts, 2004), problematizando-as como sistema social e sistema-mundo (Beaud *et al.*, 1999; Wallerstein, 1984, 2004).

O segundo desafio diz respeito à necessidade de renovar o sentido da internacionalização, agora dentro de um campo interdisciplinar, resgatando a importância dinâmica na política mundial, analisando as relações sistema-ator e acompanhando as mudanças do seu tempo. Se, antes, as Relações Internacionais, como mono-disciplina, desenvolveram-se, sobretudo, no seio da ciência política (quase como um subcampo científico), propõe-se, agora, um diálogo interdisciplinar mais profícuo também com a sociologia, a economia, a filosofia, a história, os estudos culturais e a geografia. Se, antes, os temas mais freqüentes, no estudo das relações internacionais, eram estratégia e segurança internacional, guerra e paz, dependência e interdependência, cooperação e conflito, ordem e desordem, os desafios hoje postos ao campo interdisciplinar das relações internacionais dizem menos respeito a tais dicotomias e mais à necessidade de se desenvolver uma perspectiva sistêmica integradora dos diversos pluralismos (como sistema-mundo, e não na visão cibernética e funcionalista de sistemas).² Isso sem confundir o estudo da política internacional com uma doutrina e integrando temas a uma perspectiva democrática para a governança global, relativos a desigualdade e diferença, gênero, justiça social, ética,

² Reconhece-se que uma teoria sistêmica sobre as relações internacionais pode apresentar desafios na compreensão da política mundial contemporânea, uma vez que existe sempre o risco de privilegiar-se ou a agência ou a estrutura na análise.

desenvolvimento e meio ambiente no plano das relações internacionais (Maclean, 2000). Esse desafio se coloca a partir da importância de se considerar a política mundial como o conjunto das relações sociais que atravessam as fronteiras do nacional e que se estabelecem entre as diversas sociedades.³ Por conseguinte, neste artigo, desenvolvemos uma proposta de agenda de pesquisas nesse campo renovado do espaço mundial e da ordem política contemporânea em torno de três eixos fundamentais: os ideários, o sistema-mundo e, finalmente, os sujeitos e a ação política.

IDEÁRIOS: tensões contínuas de poder, valores e conteúdos de referência na política mundial

Cox e Sinclair (1996), ao lembrarem que a ordem internacional não é imutável, afirmam que o sistema de Estados está em constante mudança. Inspirados em Gramsci, propõem três níveis de análise da política internacional: a dimensão vertical da relação entre Estados (países que dominam e os que são dominados); as distintas relações entre Estado e sociedade civil no mundo; e a dinâmica do processo produtivo. Pensam o sistema mundial de forma próxima à de Strange (1988), associando idéias (cultura, normas sociais, visões de mundo), instituições (formais e não-formais) e capacidades materiais (capacidades produtivas, tecnologias, capacidades de destruição, armamentos). Para Strange (1988), a estrutura do conhecimento das relações internacionais se constitui com base em idéias, saberes, ideologias e nos canais por meio dos quais tais fluxos são veiculados. Trata-se de um campo da política internacional dificilmente mensurável e bastante difuso, cuja expressão é tanto negativa (esconder as descobertas, apro-

³ Fala-se aqui em atravessar as fronteiras do nacional, a fim de evitar uma concepção estritamente física da fronteira entre os Estados na caracterização da política mundial. O genocídio em Ruanda, os massacres étnico-religiosos na Bósnia-Herzegovina, assim como a proteção de florestas tropicais são problemas de política mundial, ainda que se situem estritamente dentro das fronteiras físicas dos Estados.

priar-se dos inventos, excluir o outro, subtrair culturas) quanto positiva (transferir conhecimentos, cooperar cientificamente) – embora a primeira modalidade tenda a ser majoritária.

Um exemplo de estrutura de conhecimentos que moldou toda uma civilização foi a cristandade (*christianitas*) na Idade Média: a salvação eterna – utilizada como instrumento de legitimação da potência da Igreja – permitia o controle sobre os meios de comunicação (o *Index* publicava a lista das obras proibidas, o latim como *lingua franca* e sagrada), as finanças (influência sobre as noções e práticas do crédito e da usura) e a segurança (concepção de guerra justa e santa). Desde os Tratados de Westfália (1648), quando o Papado perde o poder de arbitragem sobre os poderes soberanos dos Estados em formação, marcando o nascimento do sistema interestatal,⁴ a cristandade foi perdendo sua condição de principal referência da estrutura de conhecimentos, reduzindo sua capacidade unificadora e produtora de valores universais. O surgimento de novas religiões, os fluxos culturais, as ideologias, as redes de comunicação, científicas e técnicas, elementos associados à crise mais recente do intergovernamentalismo e à aceleração dos processos de globalização – de que trataremos a seguir – ocupam um lugar de proeminência nas relações internacionais contemporâneas.

A crença quase fanática nos mercados globais substitui, hoje, os conhecimentos trazidos pela cristandade, e são implantadas novas estruturas de poder em apoio aos processos de globalização (agências internacionais, cartilhas e receituários). Os fluxos econômicos e financeiros produzem novos aspectos do ideário contemporâneo; constituem substrato essencial para atores individuais e coletivos, produzindo nexos de interesse e identidade entre o indivíduo e o sistema, entre o local e o global. Ademais, tais fluxos se baseiam em um tipo de opressão menos visível (e, talvez por isso mesmo, mais eficaz) e de caráter simbólico, que molda estruturas de pensamento e ação em boa parte das sociedades contemporâneas. Esses aspectos do ideário são assimilados pelos atores individuais e coletivos sob a forma de comportamentos, costumes, atividades quotidianas, regras e normas (o *habitus* de Bourdieu) e estratégias de ação.

O poder que os ideários da atual ordem mundial conferem aos atores internacionais resulta mormente de uma dinâmica de coesão, aproximação e atração em torno de ideais gerais e comuns – o que não impede que persistam dinâmicas particulares individuais ou coletivas. A relevância internacional do papel desempenhado, por exemplo, pelos cientistas e ideólogos da ecologia política decorre da novidade que representam seus discursos e das fontes de descontentamento a que fazem eco diante da degradação e dos resultados nefastos das chamadas “conquistas” tecnológicas da sociedade industrial. Da mesma forma, o exercício da potência estatal no cenário internacional não depende exclusivamente de seu poderio militar, mas igualmente da capacidade de sedução que exerce sobre seus aliados (*soft power*, também chamado *cooptive power*). Ou ainda, como afirma Nye (1990), de sua capacidade de moldar e determinar estruturas da economia política mundial por meio da influência difusa que exerce sobre consumidores, investidores, acionistas, empresas, bancos, organizações midiáticas (*relational power*, também chamado de *structural power*). Os ideários são, assim, recursos de poder intangíveis, tais como o poder de convencimento, a convergência de prin-

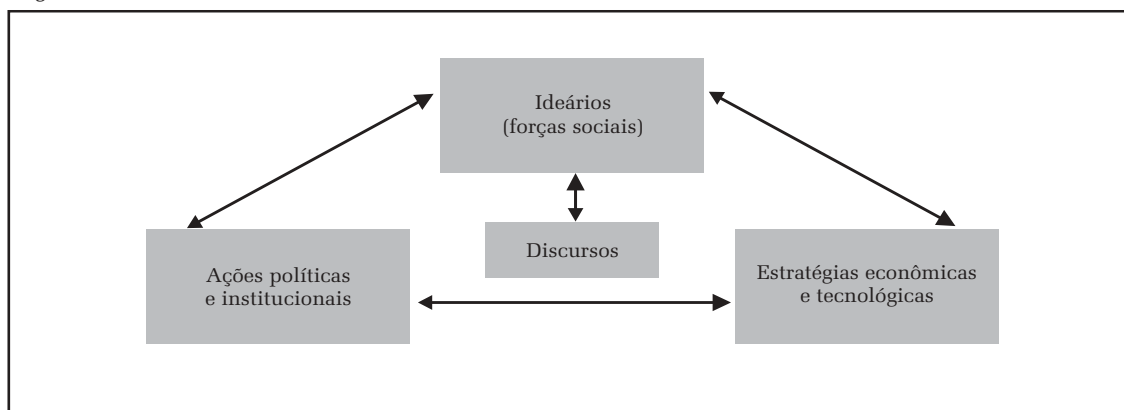
⁴ Para muitos autores, a Paz de Westfália consagrou o triunfo do Estado como forma privilegiada de organização política das sociedades, baseando-se em três aspectos fundamentais na compreensão da ordem interestatal até, pelo menos, o final da Guerra Fria e a aceleração dos processos de globalização dos anos 1980. Dois desses aspectos dizem respeito à soberania externa: *rex est impertuor en regno suo*, ou seja, nenhum Estado reconhece forma de autoridade superior à sua, e todo Estado reconhece qualquer outro Estado como seu semelhante. O terceiro aspecto constitutivo da Paz de Westfália concerne ao equilíbrio de potências, isto é, nenhum Estado pode dispor de forças e poderes que lhe permitam impor-se ao conjunto dos outros Estados, fazendo com que todos se esforcem para que nenhum Estado seja hegemônico. Ver, a esse respeito, Krasner, 1995/96, p. 115-151. Note-se, porém, que alguns historiadores questionam as afirmações de Stephen Krasner e tentam derubar os mitos fundadores sobre a ruptura que os Tratados de Westfália teriam representado no século XVII: Andreas Osiander, por exemplo, afirma que a noção de soberania, no seu sentido contemporâneo, não se encontrava consolidada e que não seria pertinente considerar os Tratados de 1648 como o fundamento político da soberania nacional no sistema interestatal. Ver Osiander, 2001, p. 251-287.

cípios e a formação de consensos bastante próximos do conceito gramsciano de hegemonia com que trabalham alguns internacionalistas: Cox (1993) lembra que hegemonia é bem mais que uma mera imposição de visão de mundo, porquanto ela engendra um novo senso comum que faz sentido tanto para os integrantes quanto para os membros externos da aliança dominante de forças sociais.

Para avançar um pouco mais sobre a amplitude e pluralização dos elementos que orientam a argumentação do campo das relações internacionais, considera-se que a ordem política contemporânea, derivada da estrutura de conhecimentos – o que aqui se designa de ideários –, baseia-se menos em uma lógica de poder coercitivo e obrigatório, e muito mais na construção de consensos plu-

Os ideários são, pois, um campo majoritariamente imaterial do sistema-mundo contemporâneo, que influenciam fortemente as relações de poder entre os atores internacionais, por constituírem-se em um domínio do entendimento e dos critérios normativos das próprias relações internacionais. Sua natureza imaterial não implica, contudo, uma desconexão das condições materiais do capitalismo. Eles são diretamente influenciados, na sua evolução, pela percepção das contingências materiais e mantêm relação de interdependência com as ações político-institucionais e as estratégias econômicas e tecnológicas, donde sua importância na construção de um novo sentido da internacionalização. O diagrama da Figura 1 expressa essa idéia.

Figura 1



rais voltados para a convergência de princípios de ação. O campo dos ideários é plural por natureza. Ainda que a hegemonia, hoje, esteja orientada no sentido dos mercados globais, isso não impede, por exemplo, que se desenvolvam solidariedades múltiplas e novas formas de subordinação política criadas em torno de comunidades ideológicas de caráter emancipatório, comunidades religiosas, identitárias, ecológicas ou culturais. O fundamento dos ideários e o modo como eles estruturam as relações internacionais têm suas origens na existência de princípios compartilhados e no reconhecimento de seu papel para indivíduos, sociedades e instituições. Tais princípios podem ser hegemônicos, ou tornarem-se contra-hegemônicos.

A configuração de ideários defronta-se constantemente com os obstáculos criados por uma tradição originada na formação do pensamento moderno racional – o da ordem hierárquica dos elementos que estruturam o real, uma hierarquia entre o econômico, o político e o cultural, tal como na tradição marxiana e estruturalista nas ciências sociais, caracterizando uma dicotomização entre objetividade e subjetividade no conhecimento – aspecto que este artigo discute a seguir.

Para orientar a discussão dessa questão em torno do objetivo aqui proposto, de um novo sentido para a internacionalização, é preciso abordar a produção das categorias de análise. Para a teoria crítica contemporânea nas ciências humanas, e na

teoria política em particular, o conhecimento demanda uma descentralização dos referenciais de análise; isso significa uma reestruturação do conhecimento e da percepção dos indivíduos em relação ao seu entendimento sobre as atividades humanas, de como se organizam, os significados e produtos que delas resultam. A crítica às perspectivas utilitarista e estruturalista, que influenciaram longamente os paradigmas teóricos nos diferentes campos da teoria social, remete hoje a uma visão mais relativa e pluralista dos fundamentos da teoria; desdobra-se a idéia weberiana de que a produção do conhecimento tem um caráter relacional e é influenciada pela cultura do ambiente social onde se produz. Logo, o conhecimento é percebido como uma construção social sobre a própria sociedade; ele expressa a multiplicidade de condutas (objetivas e subjetivas) dos indivíduos, das coletividades e o grau de desenvolvimento das instituições. Ele necessariamente retrata as diversas categorias que organizam o mundo social: geração, gênero, raça, etnia, culturas particulares, tradições herdadas, bio-ambientes diferenciados, local-global, nação e internacionalização, entre outros. A sociedade, ela mesma, não é mais apreendida como uma totalidade dotada de equilíbrio e homogeneidade, com padrões históricos de reprodução de experiências de desenvolvimento baseados em explicações e justificativas deterministas e monocausais (como visto pelo funcionalismo ou pelo marxismo). A teoria crítica hoje busca a pluralidade das lógicas que formam as diversas faces do social e dos diferentes processos de desenvolvimento e mudança no âmbito das relações entre nações e do espaço político em que as trocas materiais e simbólicas se dão por meio da internacionalização. Consideram-se, a seguir, quatro contribuições teóricas possíveis a respeito da esfera pública, fundamentais para o entendimento da ordem política contemporânea: a de Jürgen Habermas, Nancy Fraser, Chantal Mouffe e, finalmente, Joan Scott.

Primeiramente, Habermas (1992) apresenta o conhecimento sobre a sociedade como produto de uma política deliberativa, capaz de preservar a pluralidade dos sistemas sociais e dos processos

de decisão, valorizando a formação de diversos sistemas de produção de consensos políticos na estruturação de uma democracia mais discursiva, dialógica. Destarte, isso permite a reformulação do entendimento da esfera pública; em seus estudos mais recentes, ele refuta a análise que separa radicalmente o Estado e a sociedade civil, afirmando que a política os torna profundamente imbricados. Para ele, o discurso político encontra-se disseminado por meio da ação comunicativa em todos os âmbitos da sociedade; esse discurso incorpora diferenças, oposições, conflitos e convergências, transcrevendo o que há na sociedade e também direcionando a ação. Em decorrência, Habermas (1995) justifica que a teoria do discurso é capaz de conjugar os direitos fundamentais e plurais com os princípios do Estado de Direito (universal), a saber, um argumento que integra o pluralismo político com a institucionalização dos pressupostos comunicativos na democracia. As implicações dessa questão sobre uma reformulação da esfera pública e das relações entre Estado e sociedade civil é que influenciam consideravelmente o próprio entendimento sobre as diferentes escalas da política (local-global, nacional-internacional, nacional-transnacional) em um mundo globalizado. Diálogos, negociações, consensos e sistemas políticos são redefinidos a partir de novas fronteiras e novos mecanismos de representação e decisão.

Ampliando ainda mais a noção da esfera pública, Fraser (1992) afirma que não é possível considerar – em uma sociedade estratificada, plural, multicultural e deliberativa – que haja uma única esfera pública de participação e debate. Quando uma sociedade busca ampliar a igualdade, a justiça e as condições de sua realização, ela só pode ser entendida como constituída por uma pluralidade de arenas públicas, onde grupos com valores diversos e discursos distintos se fazem presentes. Para a autora, como consequência lógica desse argumento, uma sociedade deve conter uma multiplicidade de públicos (espaços e atores). Aliás, o próprio conceito de público pressupõe a pluralidade de perspectivas entre os que dele participam, permitindo diferenças e antagonismos em

vez de situações que se fecham em um bloco de opinião único e opressivo. Uma vida pública é exatamente essa dimensão de ser parte de situações diferenciadas, preservando a individualidade ou diluindo-se no coletivo conforme o sentido de uma posição ou luta, o que permite a opinião e a contestação como formas de interação política. Essa abordagem requer uma redefinição do sentido do que é privado de forma diferente do seu sentido burguês (o individual, o doméstico, excluindo-se qualquer dimensão pública). Para tanto, considera que o *self* e a autodeterminação podem se situar publicamente e ocupar espaço, e ainda permitir o engajamento político ou a inserção em coletividade. O coletivo, nessa situação, é definido pela prática discursiva da contestação.

Os problemas que a internacionalização da política evoca hoje podem se apoiar nessa linha de raciocínio, isto é, o espaço-mundo, do qual participam nações com diversas especificidades em relação ao desenvolvimento capitalista, deve contemplar diversas escalas de espaço público, com diversos tipos de públicos-nação. Nesse espaço transnacional, uma comunidade nacional (com seu caráter individual) pode lutar por seus interesses com autodeterminação e, ao mesmo tempo, participar de formas coletivas de organização e representação nos organismos, blocos e articulações políticas da política internacional, principalmente aquela que versa sobre questões de justiça, direitos humanos e trocas mais equânimes. Isto é, conceber a pluralização do espaço público é abrir um campo dialógico bem distinto daquele que, para a política internacional, se restringe à diplomacia, estratégias e defesa, como também aos alinhamentos políticos que hierarquizam o poder no espaço-mundo.

Em um outro extremo da teoria crítica em defesa da não centralidade das referências analíticas das ciências sociais e da ciência política, pode-se apontar a posição de Mouffe (1992): a autora afirma que a crítica ao universalismo, humanismo e racionalismo, encontrada nos autores pós-estruturalistas e pós-modernistas, não é suficiente. Argumenta a favor de uma abordagem anti-essencialista, para elaborar um projeto de demo-

cracia radical⁵ que consiga articular as lutas contra diversas formas de opressão na sociedade de hoje, ocupando, assim, espaços vazios de significados e identidades que possam subverter as formas de opressão existentes. Metodologicamente, afirma que, para entender conflitos, é preciso partir do pressuposto de que não há dados fixos ou *a priori* sobre o conteúdo dos elementos teóricos que organizam o sentido da política e as identidades de sujeitos coletivos (movimentos sociais, comunidades nacionais, redes transnacionais, entre outros). Significados e identidades se constituem no processo de luta, naquilo que a autora chama de um processo dialético de não-fixação ou fixação de sentido para as categorias do pensamento, e que acompanha as dinâmicas de convergência da ação capazes de produzir os significantes da luta social. Acrescenta que a multiplicidade de posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade (classe, raça, gênero, nação, nós-eles, entre outros) e as formas de subjugação e poder que daí resultam são construídas por meio de diversos discursos que apresentam deslocamentos contínuos de significados e sobredeterminações, criando o que ela chama de uma identidade contingente e transitória. As contribuições desse argumento para um sentido renovado da internacionalização – *mutatis mutandis* a visão mais radical da autora – dizem respeito à relevância do caráter discursivo da política na delimitação de identidades (blocos de nações), na configuração de problemas (o que é um comércio internacional justo, como resolver lutas interétnicas) e na negociação (como organizar os espaços deliberativos da política internacional).

Afinal, se a constituição dos referenciais de análise ocupa um papel tão central nos debates sobre como orientar o entendimento do mundo social e político, é exatamente porque eles explicitam valores e conteúdos acerca das assimetrias ou desigualdades e as conseqüentes injustiças na organização e no desenvolvimento da vida em sociedade. Dito de outra forma, os referenciais de análise

⁵ Para a autora, trata-se de um projeto que responde a uma política feminista contra a opressão de gênero.

se, conforme a perspectiva aqui adotada, permitem desconstruir os sentidos das diferentes formas de opressão e subjugação (entre grupos, classes ou nações), em diferentes momentos da história, e revelar como essas formas foram inculcadas nas próprias representações conceituais sobre a política. Tanto que, na tradição clássica, as categorias do conhecimento aparecem como se fossem parte de uma evolução natural do real. Isso é claramente percebido nas formas de representação relativas a raça, gênero, classe e ordem política mundial na historiografia, nas ciências sociais e no estudo das relações internacionais – daí a importância da crítica à teoria clássica.

Finalmente, para Scott (1988), essa crítica busca realizar o que ela chama de uma ruptura da fixidez do sentido das categorias de análise.⁶ Estudar a ordem política contemporânea demanda buscar informação e pesquisar as continuidades e descontinuidades que surgem na produção de diagnósticos e explicações sobre os sentidos atribuídos aos fenômenos sociais (e seu caráter internacional e transnacional). A noção de experiência social muito contribui para um estudo dessa natureza. Para Scott (1988), é na ocorrência dos fatos e na experiência vivida que os significados adquirem sentido para os indivíduos, permitindo compreender os acontecimentos no seu mundo mais próximo ou mesmo distante. Essa questão é fundamental para analisar tensões e conflitos, tanto em termos de oposições binárias (patrão *versus* trabalhador, país central *versus* país periférico) como de conflitos plurais (mulher + negra + pobre, ou país pobre + tribal + de capitalismo periférico), assim como suas implicações para o entendimento do poder, da participação e da capacidade de decidir e influenciar os acontecimentos nas diferentes escalas da política. A política, portanto, precisa apoiar-se em referenciais de análise que permitam captar as diferenças e a diversidade a partir do significado que as relações sociais adquirem, bem como de suas implicações políticas. Ao mesmo tempo, os símbolos culturais disponíveis (em

termos do capital cultural ou do capital social relativo à cultura política) e a teoria já normatizada (que enquadra as interpretações sobre o real) são importantes recursos do intelecto integrados ao estudo crítico da ordem política e das possibilidades de ação dos sujeitos participantes.

Como afirma Scott (1988), pode-se escrever a história dos sujeitos entendendo que as categorias que os descrevem e classificam são construtos cujos significados se formam nas experiências vividas; não são significados transcendentais, ou seja, eles não existem para além da ação dos sujeitos. Em paralelo à análise da autora, pode-se dizer que as relações políticas internacionais não devem ser entendidas a partir de modelos fixos sobre os sistemas que as organizam, mas sim a partir de seus ideários como projetos a serem realizados. São os ideários que dão consistência ao caráter plural da política internacional hoje. Sobre esse aspecto, Wendt (*apud* Nogueira; Messari, 2005) afirma que a anarquia não possui apenas uma lógica monolítica de conflito e competição; pelo contrário, ela pode reverter-se tanto em dinâmicas de conflito quanto de cooperação, dependendo do que os Estados quiserem fazer dela.

Três são os novos valores e conteúdos de referência política constitutivos do ideário da ordem mundial contemporânea que merecerão destaque: a solidariedade, o pluralismo e o princípio de responsabilidade. Em primeiro lugar, a ordem política contemporânea é marcada pelo crescimento exponencial de novas expressões de solidariedade, bastante diferenciadas da ideia de solidariedade territorializada e fixada no espaço nacional moderno. Contrapondo-se ao ideal do nacionalismo e à ideia de subordinação cidadã nacional – vetores que são alicerces fundamentais da ordem intergovernamental –, as solidariedades transnacionais incluem relações de ajuda mútua e de confiança entre grupos e indivíduos (por razões ideológicas, humanitárias, ambientais e democráticas) que se expressam, se justificam e se conformam além das fronteiras do Estado nacional. Interessante notar que a vitalidade das nações e dos nacionalismos – elementos essenciais das

⁶ Tal como a de gênero, que é o foco de estudo da autora.

relações internacionais nos séculos dezenove e vinte – não dão sinais claros de arrefecimento no contexto da globalização atual; como lembra Delannoi (1999), a interdependência, a modernização política e a abertura dos mercados convivem com ações de (re)afirmação do nacional na economia (protecionismo, autarcia) e na política (conflitos infranacionais, reivindicações territoriais).

As solidariedades transnacionais, que assumem formas positivas (no campo humanitário) e negativas (nas redes criminosas), são inseparáveis das dinâmicas de aproximação entre as sociedades européias nos primórdios do século dezenove. O chamado Concerto Europeu de Nações, esboço de cooperação interestatal multilateral, pode ser visto como o início do processo de institucionalização das solidariedades no Velho Continente, da mesma forma que devem ser lembrados o movimento em torno da abolição da escravidão e a associação internacional dos trabalhadores (a Primeira Internacional Comunista, de 1864). Tais exemplos evidenciam que a solidariedade é uma forma de ação coletiva que depende diretamente das condições sociais de aproximação dos sujeitos individuais e coletivos. Da mesma maneira que a autoridade, a competição ou o conflito, a solidariedade é indissociável de um determinado estado social. A aproximação entre indivíduos na sociedade e entre as diferentes sociedades (a “densidade dinâmica” de Durkheim) propicia acercamento material e convergências no campo moral. A experiência, as lições do passado, o aprendizado, a consciência de viver junto em um mundo onde as conexões internacionais são altamente facilitadas são fatores da dimensão cognitiva da interação que estão na base das solidariedades transnacionais. Não é a globalização que favorece o desenvolvimento de movimentos de solidariedade transnacional, mas são seus efeitos sociais que criam as condições e as possibilidades (Devin, 2004).⁷

⁷ Devin (2004) afirma que, na tradição do direito romano, a noção de solidariedade correspondia a uma relação em que todas as partes envolvidas respondiam por algo de modo comum; tratava-se de uma forma de responsabilidade que mantinha os indivíduos *in solidum*, compartilhando obrigações solidárias. A acepção contemporânea da solidariedade é menos exigente: sob modalidades di-

No caso dos movimentos sociais transnacionais, por exemplo, é relevante notar que o senso de contestação expresso por uma consciência crítica não busca formas simplificadas ou excludentes de identidades (ou trabalhadora ou mulher). A ação coletiva promove o desenvolvimento de elementos de solidariedade que integram atores, condições sociais e movimentos (organizações), combinando valores morais e atitudes orientadas. Nesse caso, é no campo das solidariedades que afinidades são reconhecidas e conflitos negociados (interna e externamente), abarcando pluralidade, diversidade e diferenciação. É devido a essa dinâmica contínua entre integração e conflito que a ação política direta é muito presente em eventos transnacionais, sem a pré-condição de propor soluções políticas ou institucionalizadas (Milani e Laniado, 2006). A solidariedade delinea, aqui, os campos de produção da contestação e do confronto relacionados à distribuição e ao reconhecimento, como mencionado anteriormente. Funciona como uma unidade estruturante de estratégias para mudar situações e contextos. Logo, é diferente da forma como o conceito foi abordado pela sociologia clássica, que afirmou a solidariedade como o eixo da coesão e do entendimento da sociedade como uma totalidade, baseada em laços sociais de longa duração, com um efeito determinante do sistema sobre o ator (Laniado, 2001). Nos arranjos complexos da ação coletiva transnacional, as novas solidariedades são continuamente trazidas à tona por protestos e vontade de mudanças; elas produzem laços sociais de reciprocidade de curta duração relacionados com o fluido e transitório caráter das relações estabelecidas através de redes e eventos pontuais. No entanto, as novas solidariedades dos movimentos sociais transnacionais dão um ímpeto para a efetiva difusão de significados (valores, identidades, contestação) e a definição de objetivos (estar lá, expor bandeiras de luta, exigir participação), tal como os

ferenciadas (assistência, expertise, lobby, protesto, combate), a solidariedade designa uma relação em que pessoas e (ou) grupos intercambiam, com base na reciprocidade (mas nem sempre), recursos particulares.

movimentos transnacionais têm sido capazes de fazer até agora (Milani; Laniado, 2006).

O segundo aspecto a abordar para o estudo do papel dos ideários na ordem mundial é o do pluralismo das bandeiras e símbolos na contemporaneidade. Os símbolos são a linguagem e a compreensão em si mesma, fundindo a representação da vida social, a evolução e emancipação das culturas e os significados recebidos e construídos para homens e mulheres. Como uma visão de mundo muito complexa e retratando os dados complexos da realidade, os elementos simbólicos constituem um eixo de análise fundamental para entender a estrutura de conhecimentos na ordem política contemporânea. Eles expressam como os atores sentem e agem em seu próprio modo de se apropriar de pontos de vista conflitivos ou convergentes sobre questões sociais (feitos de valores, experiências e objetividade), e que se encontram na base mesma da controvérsia. Por um lado, eles se materializam por meio de sinais (linguagem e outros), produção (material ou não), informação e atitudes que estão presentes no ato da participação (em todos os setores da vida humana); eles também se materializam em conhecimento recebido e produzido, na interação através da comunicação (diálogo, debate, controvérsia), nos objetivos definidos e em proposições (produção, governo, educação, entre outros). Por outro lado, os elementos simbólicos constituem sempre o enquadramento do conteúdo significativo de uma época; eles representam as questões (política, guerra, produção, ciência, cultura) que largamente mobilizam a sociedade e seus setores, destacando os fatores que melhor representam as aspirações de uma coletividade, que podem ser progressistas ou conservadoras (Milani; Laniado, 2006).

O que diferencia o papel dos símbolos hoje na constituição da ordem mundial é, fundamentalmente, seu caráter plural, sua multiplicidade e permanente capacidade criativa de renovação – em contraposição ao caráter unitário e monolítico das bandeiras e símbolos (classe, nação). Uma agenda de pesquisa sobre a ordem política e a ordem mundial situa o papel do pluralismo na análise crítica.

Pode-se dizer que as teorias (assim como as ideologias para a direita ou esquerda) que dominaram o século vinte influenciaram reflexivamente a consciência política coletiva e possibilitaram organizar os ideários de igualdade e justiça centrados nos binômios de individualismo e mercado ou luta de classes e revolução; são eles que dominaram o imaginário social e influenciaram diretamente as concepções sobre a ordem política mundial e sobre projetos de mudanças. A ruptura dos paradigmas centralizadores e das categorias fixas de representação dos processos históricos nas últimas décadas forma um campo de crítica e inovação no pensamento social contemporâneo sobre a internacionalização. Afinal, idéias e representações retratam processos geracionais através do tempo em relação a sujeitos na história – sua estratificação, seus modos de pensar projetos e orientações e o seu agir social. Os atributos geracionais dessas entidades do real são produtos de categorias socialmente construídas, que formam conjuntos pertinentes a uma época; portanto, não são definitivos, permitindo a crítica e a renovação.

Sociologicamente, geração é uma categoria relacional que se realiza no cotidiano e na história através da experiência; como todo produto de relações objetivas na história, ela expressa diferenças, identidades, hierarquias provisórias entre indivíduos e grupos. Além de idade e de um intervalo de tempo, geração designa um coletivo da mesma idade situado em determinada época e tempo social (Motta, 2005). No sentido aqui intencionado, a noção de geração diz respeito a um conjunto de idéias e categorias do pensamento que representa justamente o pensamento sistematizado de coletividades (por consenso ou confronto) sobre questões que certamente interessam aos seus membros: modos de agir e pensar sobre si mesmos e sobre os outros, reconhecimento e *status* que situam os indivíduos no seu meio (posição, lugar e tempo), poder que perpassa todo nível de relação social. É o arco geracional das idéias que permite entender a dinâmica dialética na produção de um novo sentido para as categorias sociais, as quais possibilitam explicar os fenômenos e os

acontecimentos da ordem política internacional.

Essa dimensão é muito importante para se entender melhor o processo histórico das ações coletivas contemporâneas, as mudanças que percorreram (demandas, classes, identidades afirmativas, localismo) e as suas características mais atuais (fragmentação, fluidez, identidades plurais, transnacionalismo). Há as experiências vividas que marcaram as diversas gerações de ação coletiva: movimentos sociais revolucionários, movimentos sociais reivindicatórios, novos movimentos sociais, movimentos transnacionais. Dessa forma, entender a dimensão geracional das ações coletivas políticas hoje é definir um marco diferenciador que permite mudanças no próprio sentido das relações internacionais e das políticas que elas abrangem. Em geral, a política, na atualidade, incorpora não somente a sociedade civil, redefinindo a estruturação da esfera pública, como afirma a tese habermasiana, mas integra definitivamente o cotidiano (heterogêneo e de trocas intensas) e a história no sentido atribuído por Heller (1989), conjugando, de forma concomitante, o particular e o mais geral, a regularidade e o espontâneo, verdades institucionalizadas e juízos provisórios.

A política, o poder e os valores simbólicos, na democracia, são referidos segundo a tradição republicana, a idéia do bem comum. Ainda que essa noção da modernidade corresponda a uma visão unitária do social, ela ainda tem forte sustentação no imaginário coletivo – apesar da descentralização do político e dos paradigmas do conhecimento já mencionados. No entanto, o princípio do bem comum não tem logrado prover respostas para as assimetrias e desigualdades encontradas em larga escala na maioria das sociedades, mesmo as que sustentam regimes e governos democráticos. Em um mundo cada vez mais internacionalizado, os princípios de igualdade, justiça e participação formam campos de convergência e orientam o sentido do bem comum dentro e fora das comunidades nacionais. São princípios sujeitos a vários níveis de interpretação. Nas experiências democráticas, integram-se com o grau de desenvolvimento das forças produtivas de países e

blocos regionais, delimitando continuamente a relação entre o cidadão, a coletividade mais próxima e os outros, expressando tensões contínuas do poder e de lutas hegemônicas e simbólicas. Paradoxalmente, esses princípios possibilitam a crítica em relação à sua insuficiência, implicando um déficit de realização democrática recorrente em tempos de globalização.

O princípio de responsabilidade é o terceiro e último destaque quanto ao papel dos valores de referência na política mundial contemporânea. Ele se contrapõe ao da soberania, que, na acepção clássica de Jean Bodin, significa, por um lado, que o Estado não reconhece em seu território outra autoridade superior à sua (monopólio da violência legítima e da sanção jurídica) e, de outro, que todos os Estados são iguais à luz do direito internacional (igualdade soberana). A soberania nacional é “o poder absoluto e perpétuo de uma República” (Bodin *apud* Barros, 2001, p. 11); ela é a expressão da potência coletiva da nação da qual o Estado é o depositário e o garantidor supremo; é fonte única da lei civil, indivisível e instância decisória final (Barros, 2001). A soberania é o fundamento do papel desempenhado pelo Estado como gladiador nas relações internacionais, sempre em oposição aos outros Estados; nesse sentido, Tilly (1996) lembra que o *war-making* serviu de base e constituiu o próprio *state-making*. Ou seja, a soberania nacional é um dos elementos tipificadores do *power politics* baseado em militarismo, armamentismo, lógica de potência e separação total entre política e moral. O princípio da soberania serviu historicamente a diferentes projetos políticos, confundindo-se com a própria história dos Estados.⁸

No entanto, como assinalam autores como Badie (2000) e Ruggie (1993), a soberania territorial

⁸ Prestou-se aos interesses das metrópoles coloniais, a fim de contrapor toda ingerência em assuntos domésticos. Brejnev, líder da então União Soviética, utilizou-se do argumento da soberania limitada para invadir a Tchecoslováquia em 1968, alegando ser legítima toda intervenção armada nos países do Pacto de Varsóvia cuja soberania estivesse sob ameaça capitalista. Em nome da soberania, a França se opôs ao direito de vigilância da comunidade internacional durante a guerra na Argélia, *la Guerre sans nom...*

não é contemporaneamente contestada pelos fluxos transnacionais? O Estado, ao aderir aos processos de construção de espaços regionais de integração, não estaria cedendo partes de sua soberania? Como fazer uma gestão dos bens comuns planetários sem comprometer a soberania nacional? Já que vivemos em um mundo cada vez mais interdependente, como justificamos a recusa em assumir a responsabilidade pelos danos sofridos por pessoas que vivem em outros países? Quais são os argumentos que julgamos válidos para negar o acesso ao mercado de trabalho de imigrantes oriundos das regiões mais pobres do planeta? Temos o direito de restringir a autonomia cultural de minorias estrangeiras que vivem em nosso país? Existe uma obrigação de ajudar populações em situação de miséria em certas regiões do planeta? O que fazer diante das violações de direitos humanos em outros países?

Tais questionamentos evidenciam que, na modernidade avançada, hipermodernidade ou pós-modernidade (terminologia que, aliás, é objeto de polêmica e debate entre diferentes tradições teóricas), o Estado entra em competição com novas demandas sociais e que a noção de soberania total deve ser abandonada em favor de outra concepção – uma soberania condicionada aos princípios da ética na política, da justiça e da dignidade humana. Isso porque, como um dos valores de referência da ordem mundial, o sentido absoluto da soberania excluiu muitos e foi bastante seletivo historicamente. A esse respeito, Badie (1995) afirma que o princípio da inviolabilidade do território nacional deve ser cotejado com a idéia de utilidade social do respeito que inclui, integra e diferencia. A utilidade social do respeito, uma das dimensões centrais do princípio de responsabilidade, tem implicações sobre a forma como concebemos o conviver juntos – um conviver culturalmente desenvolvido em uma democracia pluralista e pressupondo que o modo de viver dos outros é digno e justificável (Douglas, 1995). É evidente que daí decorre a necessidade de pensar uma comunidade política mais ampla, além das fronteiras do Estado-nação. Ou seja, a soberania segue sendo um

princípio ordenador das relações internacionais, mas perderia sua exclusividade em termos de regulação do sistema-mundo contemporâneo.

SISTEMA-MUNDO: transnacionalismos e reticularidade na política contemporânea

Três aspectos fundamentais caracterizam o sistema-mundo contemporâneo⁹: os processos de globalização, a aceleração do desenvolvimento de atores e relações transnacionais¹⁰ e a dimensão reticular de suas formas de organização. A globalização é um conceito bastante aberto em termos dos elementos do seu conteúdo ou mesmo de sua precisão em relação à sua aplicabilidade. Para Therborn (2000), esse conceito inclui argumentos de natureza acadêmica, ideológica ou mesmo midiática e volta-se, quase sempre, para cinco focos alternativos: 1) a intensificação da competição econômica; 2) uma percepção sócio-crítica de suas conseqüências sociais; 3) a impotência do Estado face aos avanços de uma economia globalizada; 4) os fluxos transnacionais de cultura, e, por fim, 5) incorpora um discurso sobre ecologia planetária e seus ecossistemas. O impacto da globalização sobre a conduta dos atores cria, hoje, uma diferenciação entre vencedores e perdedores, porquanto o espaço social dos indivíduos se torna demarcado por dois ângulos: altera diretamente o seu lugar no sistema mundial e abre canais para a sua ‘circulação’ pelo resto do mundo. Oportunidades, conexões, informações, mobilidade, entre outros, subvertem os valores e códigos normativos típicos da modernização capitalista fundada no território do Estado nacional. Para o autor, as elites econômicas tendem, no geral, a ganhar, porque melho-

⁹ A noção de sistema-mundo é aqui tratada como construto social, diretamente compatível com a perspectiva analítica relacional e que privilegia o “conhecimento” como construção da realidade social.

¹⁰ As relações transnacionais são aqui definidas, seguindo Risse-Kappen (1995), como interações de caráter regular e contínuo através das fronteiras nacionais, quando pelo menos um dos atores envolvidos é um agente não-estatal ou cuja ação não se dá em nome de um governo nacional ou de uma organização intergovernamental.

ram sua situação nos negócios através do acesso a oportunidades, tecnologia internacional, interação e apoio de organismos internacionais. No entanto, grupos econômicos não competitivos e tradicionalistas, mais localizados em termos de valores e de estilos de vida, tendem a não acumular ganhos com a globalização; sofrem mais a influência das ameaças do sistema econômico, insegurança e perdas acumuladas. Logo, a globalização descreve modos de ser dos sistemas de forma diferenciada e com impactos e efeitos também diferenciados em contextos históricos específicos em todo o mundo.

Observando os processos da globalização em relação às possibilidades analíticas que oferecem, Bartelson (2000) orienta a discussão para o significado e a funcionalidade do conceito. Para o autor, o termo é ambíguo, por vezes dotado de opacidade, gerando imprecisão nos debates sobre os seus limites e contornos. No geral, toma-se como ponto de partida que a teorização sobre a globalização superaria as teorias centradas no poder ou no Estado, produzindo uma aceitabilidade factual sobre os fenômenos que descreve, como processos que ocorrem em algum lugar 'lá fora' (*out there*). Quais seriam os fundamentos da constituição desse nível do 'global'? Tal nível oferece algumas diretrizes analíticas já percorridas por outras vertentes teóricas? Bartelson indica várias posturas a respeito dessa discussão. O termo pode englobar a força da ideologia capitalista hoje, como pode fazer submergir os efeitos do próprio imperialismo cultural, dando-lhe uma feição de ecumenismo cultural ou de fatalismo econômico, dissimulando as relações de poder transnacionais como necessidades neutras do sistema mundial. Outras opiniões acentuam o caráter ambíguo da globalização tanto naquilo que descreve como nos fatos que caracteriza, evidenciando mais um momento histórico de profundas mudanças.

Bartelson (2000) sugere perseguir a evolução do conceito para apreender o que ele tem significado e o que ele tem implicado ao longo de sua utilização. Para tal, analisa o seu desenvolvimento ontológico, percebido como uma sucessão lógica de diferentes conotações que descrevem trajetóri-

as históricas em diferentes contextos teóricos. Como ponto de partida, assume que o próprio conceito não deve ser abordado como expressão de um processo de mudança já manifesto, mas deve ser entendido como um 'veículo' (um artefato teórico) para as mudanças que ele retrata como manifestas, descrevendo tanto experiências como expectativas de ocorrências. Teoricamente, portanto, teria o estatuto de um conceito intermediário, que possibilita mudanças teóricas nas teorias clássicas já estabelecidas. Desse modo, a globalização descreveria três dimensões da dinâmica dos sistemas mundiais contemporâneos: transferência (intensificação das trocas), transformação (mudanças nos sistemas e nas identidades de suas unidades constitutivas) e transcendência (diluição das fronteiras de inclusão ou exclusão).

A intensificação das trocas (transferências econômicas ou simbólicas) é talvez o aspecto mais difundido nas análises sobre a globalização e é caracterizada por um movimento de dentro para fora (*inside out*) das unidades participantes (Estados-nação). A segunda dimensão, a transformação, caracteriza uma dinâmica que ocorre por cima das unidades dos sistemas, marcada pela interação entre sistemas e setores; descreve um movimento multidimensional de fora para dentro (*outside in*), em que definições econômicas e políticas são tomadas num jogo de intersecção que não se restringe às unidades do sistema, relativizando a soberania dos Estados-nação. Finalmente, a dimensão de transcendência da globalização, em última instância, des-espacializa e des-temporaliza as práticas humanas, as condições de produção do conhecimento, caracterizando uma dinâmica própria, irreduzível a causas singulares do sistema ou de suas unidades; um mundo em que a relação dos objetos é gradualmente dominada pelos seus signos (informação, por exemplo) subvertendo a ordem constituída dos Estados e da produção de sua identidade, des-territorializando identidades, solidariedades e sistemas de autoridade. Isso afeta a própria estruturação da referência do Estado, da nação, da soberania e da sociedade como um conjunto de normas, valores e culturas, herdados e

reproduzidos e, paradoxalmente, continuamente modificados.

Do ponto de vista adotado neste artigo, entende-se que a essa análise sistêmica da globalização é necessário incorporar as dimensões das relações de poder e dos conflitos aí envolvidos. A globalização não pode ser dissociada dos dilemas do poder que engendra para as diferentes realidades nacionais (Ortiz, 1994); tampouco ela afasta conflitos existentes entre Estados e setores sociais, ou entre os ganhadores e perdedores, conflitos esses constantemente revividos simbolicamente nas manifestações públicas contra as atividades das diversas agências internacionais. São as dimensões do poder e do conflito que permitem, constantemente, reavaliar os aspectos qualitativos e extensivos da globalização, que têm acentuado as desigualdades sociais em vários recortes dos sistemas (emprego, distribuição da riqueza, educação e saúde, migração, etc.). Diniz (2000) reafirma que as questões de natureza política são indissociáveis do entendimento do processo de reestruturação mundial da economia, pois o mesmo se viabiliza através de redes transnacionais de conexões através das quais se articulam os grupos e interesses internos e externos, transcrevendo escolhas e ações estratégicas de implementação de políticas de impactos transnacionais. Ou seja, o poder e os agentes são partes constitutivas das análises sobre globalização que não devem ser desencarnadas dos seus atores.

Ademais, pode-se dizer que, se, por um lado, a globalização habilita Estados e setores a um engajamento mais intensificado nos sistemas de troca, por outro, ela constantemente restringe, pois impõe uma seletividade. Guibernau (1997) afirma que, do ponto de vista da cultura, a globalização é um fenômeno capacitante, mas também coercitivo; isto é, tanto expande as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias como imprime diferenciações de acesso a recursos por diferentes culturas. Quando confrontados com a questão nacional (os diferentes nacionalismos), os processos de globalização deparam-se com oposições entre tradição e valores manufaturados (sem raízes), iden-

tidade cultural de comunidades e identidade sem configuração cultural específica, normas socialmente produzidas de interação social intensa e solidariedade social em oposição a normas operacionais e de baixíssimo grau de interação entre indivíduos, entre outros fatores. A relação entre identidade nacional e cultura demanda, pelo entendimento da tradição histórica, consagrado sobre as evoluções sociais, continuidade no tempo e diferenciação dos outros, produzindo, assim, a matriz dos sistemas sociais mais abrangentes.

O redirecionamento econômico global afeta diretamente a organização do sistema mundial, sobretudo no que tange à emancipação cada vez mais marcante dos atores transnacionais. Por conseguinte, as mudanças no nível do sistema-mundo dizem respeito, também, à forma como se organizam e se posicionam os atores, movimentos, organizações. Nos anos 1950 e 1960, foram os funcionalistas (David Mitrany, Ernst Haas) que, no seio da disciplina das Relações Internacionais, iniciaram as reflexões sobre o papel das coalizões de interesses entre indivíduos pertencentes a países diferentes (com percepções e necessidades comuns). Nos anos 1970, Keohane e Nye (1972) definiram as relações transnacionais como o conjunto de contatos, coalizões e interações através das fronteiras nacionais que não são controladas pelos ministérios responsáveis pela política exterior nos respectivos países; privilegiaram atores de natureza bastante variada, incluindo empresas multinacionais, movimentos revolucionários, a Igreja Católica, sindicatos, redes de cientistas, transportes aéreos, entre outros.

A ruptura nos estudos sobre a transnacionalização de movimentos e organizações se dá com a aparição da obra de Rosenau em 1990: haveria um mundo multicentrado autônomo e em competição com o mundo estadocêntrico, no qual ocorrem inúmeras transformações de caráter micro-sociológico, fundamentais para entender os transnacionalismos (enfraquecimento das lealdades nacionais, retomada de identidades no nível infranacional, fragmentação comunitária, desenvolvimento de diplomacias privadas). Os indivíduos contemporâneos são, para Rosenau (1990), melhor

informados e capacitados para pensar e agir sobre a política mundial (*skillfull individuals*); eles têm uma base de lealdade territorializada (são cidadãos de um Estado), mas desenvolvem múltiplas formas de subordinação social desterritorializadas (ecologistas, humanitárias, feministas, redes de direitos humanos, etc.). Aqui, caberia um paralelo com o pensamento de Elias (1991): para o sociólogo alemão, a integração eventual de indivíduos a formas de organização social que ultrapassam as fronteiras nacionais não deriva de convicções ou da boa vontade individuais, mas traduzem uma configuração de cadeias de interdependência entre eles.

A literatura especializada tende a consagrar as redes como forma de organização por excelência dos transnacionalismos (Castells, 1998; Colonomos, 1995). Já em 1972, Burton (1972) propôs o modelo da teia de aranha (*cobweb model*), a fim de ilustrar as interações planetárias. O que nos anos 1970 parecia novidade será descrito por Castells (1998) como a nova morfologia social: as redes seriam, para ele, a nova morfologia das sociedades contemporâneas, e a difusão das lógicas reticulares determina amplamente os processos de produção, experiência, poder e cultura. A rede corresponderia a um conjunto de nós interconectados e interligados, que seguem objetivos comuns e se fortalecem mutuamente (reciprocidade, valor do elo), podendo multiplicar-se em novas unidades. São exemplos clássicos os mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares na rede de fluxos financeiros globais; também ilustram essa categoria de análise os campos de coca e papoula, os laboratórios clandestinos, os postos de armazenamento, de venda e comércio da rede de narcotráfico. Há um aspecto importante a notar: qual seria o centro de poder da rede? Para Castells (1998), as redes são flexíveis e regidas por mecanismos de auto-regulação, mas isso não significa que não haja nelas hierarquias. São fundamentos e paradigmas das redes: a intencionalidade (declaração de intenções); valores e objetivos compartilhados (objetivos e valores comuns que interconectam ações e projetos); colaboração (troca entre integrantes); multiliderança e horizontalidade

(autoridade com origem em muitas fontes); conectividade (costura dinâmica de muitos pontos); realimentação e informação (circulação não linear); descentralização (capilarização dos centros, autonomização dos nós); e dinamismo (flexibilidade, estrutura plástica, adaptabilidade).

No caso das redes transnacionais, são construídos espaços políticos ampliados que transcendem as fronteiras do Estado-nação (Colonomos, 1995). As redes transnacionais seriam formas de organização social de baixa institucionalidade que associam indivíduos e grupos em um raio de intercâmbios e obrigações recíprocas, cujas dinâmicas visam a desenvolver e consolidar ações coletivas nas esferas sociais, políticas e econômicas em escala transnacional. Às trocas e conexões – duas palavras-chave da organização reticulares – devem ser acrescentados, no caso das redes transnacionais, os seguintes aspectos: a-territorialidade e trans-escala (outro território), abertura (sem fronteira), multifuncionalidade, flexibilidade (conversão de um espaço a outro recursos, valores e logística) e adaptabilidade (por exemplo, redes de solidariedade religiosa que também prestam serviços de assistência social e dão suporte a projetos políticos), relações de poder (os nós da rede não são desprovidos de interesse e paixão) (Colonomos, 1995).

Nessa abordagem, a escala transnacional corresponde, assim, a um *continuum* territorial do local ao global que redefine a identidade, a estratégia e os recursos das organizações-em-rede. Da mesma forma que o capital transnacionalizado induz mudanças sistêmicas no regime de acumulação (que, gradativamente, passa de nacional e internacional a um regime global de acumulação), as redes, organizações, movimentos e agentes da sociedade civil tendem a organizar-se e a constituir-se transnacionalmente. Ainda que haja diferenças quanto à ordem desejada, à qualidade da participação democrática em ações coletivas e aos processos decisórios, as organizações da sociedade civil que atuam na contestação ao sistema-mundo econômico e político vigente definem um consenso mínimo em suas plataformas de ação. Esse consenso dá-se a partir da necessidade de articulação

de interesses e objetivos de tantas organizações com perfis heterogêneos no plano mundial (Milani; Laniado, 2006). A clássica noção de laços fracos de Granovetter (1973) muito corrobora a compreensão do papel das redes transnacionais na ordem política contemporânea, uma vez que o comportamento dos indivíduos e dos grupos não pode ser pensado exclusivamente em função dos “laços fortes” (nação-pátria, instituições), que tendem a criar zonas de circulação fechada, mas sim em termos de “laços fracos”, que permitem a construção de pontes e passagens entre diferentes espaços de relações sociais (meio ambiente, direitos humanos, solidariedade internacional, contestação antiglobalização).¹¹

Da natureza dessas redes transnacionais decorrem grandes dificuldades que têm as autoridades governamentais e os regimes internacionais de controlá-las, cooperar com elas ou de combater seus efeitos (por exemplo, no caso de redes criminosas de tráfico de armamentos, drogas, seres humanos). Redes de movimentos sociais transnacionais podem ameaçar a segurança dos Estados nacionais (islamismo fundamentalista, por exemplo), constituindo-se em fontes novas de conflitos inter-estatais; interagem com estruturas domésticas (instituições, relações Estado-sociedade, cultura política), têm acesso ao espaço público de debates e, em alguns casos, impacto político na agenda de organizações intergovernamentais (Risse-Kappen, 1995; Devin, 2004). A globalização e os transnacionalismos colocam em xeque, além da soberania e da autoridade do Estado, a própria noção de território nacional: ele é contestado por identidades infranacionais, processos de integração regional, mas também pelo direito comunitário (Badie, 1995). É bem verdade que ainda existem conflitos territoriais clássicos.¹²

¹¹ Mark Granovetter havia estabelecido quatro critérios para medir a intensidade dos laços dentro de uma rede de relações sociais: a duração da relação, a intensidade emocional, a intimidade e a reciprocidade (Granovetter, 1973). Um quinto critério foi adicionado por Degenne e Forsé (1994): a pluralidade dos conteúdos do intercâmbio.

¹² A crise entre a Espanha e o Marrocos, em 2002, acerca da ilha de Perejil (situada no estreito de Gibraltar a aproximadamente 200 metros da costa marroquina e uns 8 km da cidade espanhola de Ceuta) ilustra bem a permanência de conflitos territoriais de tipo tradicional. Tro-

pas do Marrocos chegaram ao ilhote em 2002 e foram posteriormente retiradas pelos espanhóis. Não existe nenhum acordo bilateral ou multilateral acerca de que Estado exerce a soberania sobre essa ilha.

Afinal de contas, o território é um dos componentes essenciais da realidade material do Estado nacional e de sua soberania delimitada pelas fronteiras. É no território que o Estado exerce sua jurisdição, e é por meio dele que as comunidades políticas da modernidade se diferenciam. No entanto, o que os movimentos sociais transnacionais e as organizações em rede revelam, de modo muito particular, é a necessidade de re-contextualizar a política contemporânea, na qual o nítido recorte moderno entre política doméstica e política exterior, alta e baixa política (*high politics* e *low politics*), *hard power* e *soft power*, entre outras dicotomias clássicas no estudo das relações internacionais, tende a relativizar-se e ser desconstruído (Milani; Laniado, 2006).

A EXPERIÊNCIA DOS SUJEITOS E A TRANSNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Para uma agenda de pesquisa sobre política e ordem mundial em relação a um novo sentido da internacionalização, toma-se como um dos eixos de análise a noção de experiência, uma noção que encontra suas raízes na tradição weberiana de ação social. A presença do indivíduo na política é a expressão da conjugação da vida cotidiana, da experiência no nível individual e coletivo e da reflexividade contínua entre agente, cultura e sistemas. Como mencionado anteriormente, as práticas sociais são constituidoras dos sujeitos, de suas identidades e dos valores que os tornam engajados nos processos políticos no nível micro, meso ou macro (por analogia, local, nacional, internacional). Ademais, a experiência é também fonte de conhecimento e de consciência que os indivíduos adquirem sobre o que fazem, e por que agem e como agem. Portanto, entender a ação política em diferentes escalas é também entender os acontecimentos da política (fatos, organizações e decisões) como experiência vivida pelos atores.

pas do Marrocos chegaram ao ilhote em 2002 e foram posteriormente retiradas pelos espanhóis. Não existe nenhum acordo bilateral ou multilateral acerca de que Estado exerce a soberania sobre essa ilha.

A experiência vivida torna compreensíveis, para os sujeitos, os mecanismos internos dos processos sociais, sejam eles relativos à integração, poder, controle ou opressão. A dimensão discursiva da experiência (cultural, política e econômica, como argumentado anteriormente) é dada pela linguagem, valores, normas e simbologias diversas que estruturam significados e permitem captar a complexidade e os aspectos contraditórios do real. Portanto, experiência, nesse sentido, não é matéria bruta ou um mero recorte empírico do real; constitui sujeitos por meio das representações do pensamento que organizam as categorias do entendimento e permitem as interações cognitivas dos significados e dos seus referenciais, sempre contextualizados em situações históricas relacionais (Scott, 1992).

Esse é o sentido dado por muitas formas de ação coletiva, tais como movimentos sociais, manifestações, contestações que ocorrem tanto localmente como no plano internacional, muitas vezes atribuindo sentidos transnacionais para causas pelas quais militam ou para identidades que procuram se expressar no cenário político mundial hoje. A noção de experiência como ação política vivenciada pelos atores, portanto, propicia um outro entendimento do caráter transnacional da relação entre atores, agências e espaços públicos plurais em arenas diversificadas, porquanto ela permite uma análise da articulação dos fatores que integram os seus vários níveis. Ela também pode apresentar-se como uma consciência política ativa, crítica e engajada – uma consciência que sofre influências do sistema político e o influencia, porque mobiliza fatores subjetivos e objetivos.

Dubet (1994) observa que a sociologia política clássica se apoiou nas concepções de ordem social e processos de internalização das normas pelos atores, um modo de interação entre ator e sistema por meio de vínculos que estruturam a vida coletiva; assim a sociedade, nessa visão clássica, é representada como um organismo natural e total. Para o autor, esse sentido de sociedade não mais se sustenta em relação à análise crítica da teoria social e à crise dos paradigmas. Em contras-

te, para o autor, indivíduos e sociedade não formam entidades unificadas, dotadas de estruturas homogêneas. São heterogêneos nas formas de individualização, socialização e integração. Para ele, a noção de experiência social designa condutas individuais ou coletivas dominadas por uma heterogeneidade de princípios constitutivos e pelas múltiplas atividades dos indivíduos por meio das quais constroem um sentido para as suas práticas, incluindo aqui um novo sentido que, para eles, adquire o transnacional. É como se os atores adotassem, simultaneamente, vários pontos de vista – uma identidade formada de identificações sucessivas, e em diferentes escalas (Dubet, 1994). Por exemplo, é disso que trata a luta constante de atores (dos mais diversos) no plano internacional por justiça, maior equanimidade, direitos humanos e responsabilidade compartilhada pelo meio ambiente. Conseqüentemente, para o autor, a construção da experiência coletiva substitui a própria noção de alienação (típica da análise marxiana) no seio da análise crítica. Mormente em sociedades de capitalismo avançado (mas também nas outras), o distanciamento crítico entre ator e sistemas políticos, entre individualização e coletividade, torna-se mais acentuado e visível. As distintas desigualdades e formas de despossessão que os atores da contestação denunciam evocam condições de exclusão (mais que as de alienação) provocadas pelo sistema de opressão e pela hegemonia da ordem mundial contemporânea.

Pensando a relação entre sujeito e política de forma descentralizada, a categoria da experiência permite uma contínua capacidade crítica reflexiva na relação entre ator e sistemas políticos. É uma noção teórica que pode se referir tanto a um campo de subjetividade (um acontecimento internacional distante que gera uma emoção forte, uma representação do vivido), como a um campo cognitivo (uma atividade que envolve as categorias do conhecimento e da razão, tal como participar, debater e decidir em foros internacionais). A experiência social, mesmo individual, é sempre reconhecida, compartilhada e confirmada pelos outros, no âmbito das relações sociais, nas quais princípi-

os, valores e normas, tão relevantes para o entendimento da política, são continuamente reavaliados e submetidos à justificação, mobilizando critérios (como igualdade, justiça e democracia) que dão sentido à experiência – uma conduta de alta reflexividade (Dubet, 1994).

A análise da experiência em relação à ação social conjuga três lógicas diferenciadas que ligam o ator a cada escala política (local, nacional e mundial). Essas lógicas são intercomplementares e, ao mesmo tempo, manifestam uma tensão entre elas, levantando a questão do poder, da legitimidade e do *status* no campo da luta política. As três lógicas da ação que formam a experiência, conforme Dubet (1994), e que subsidiam a presente análise sobre o novo sentido da internacionalização, são integração, estratégia e subjetivação. A integração acentua a percepção de pertencimento (identidade) a um grupo social; a estratégia evidencia a necessidade de realizar os interesses (recursos e concorrência) dos indivíduos na sociedade; a subjetivação (cultura, criatividade, engajamento, tensão) abre o campo da capacidade crítica do sujeito em relação aos sistemas de dominação e produção. Para o autor, as lógicas tripartites que formam a experiência social não têm hierarquias entre elas; ao contrário, cada uma constitui uma posição crítica em relação às outras duas. Portanto, as relações sociais na política, hoje, enfrentam identidades, dinâmicas de poder e interesses estratégicos cada vez mais diversificados, múltiplos e entremeados entre si, envolvendo diferentes escalas (do local ao global) e manifestando-se em distintos espaços públicos da transnacionalidade.

Do ponto de vista do presente trabalho, considera-se que as três dimensões lógicas da ação política de Dubet (1994) são fundamentais para compreender como os atores transnacionais constroem suas identidades e definem suas estratégias. No entanto, diferentemente do que argumenta o autor, a autonomia entre essas três dimensões se relativiza quando a política se move no âmbito mundial. Em função das condições sócio-históricas do poder no plano internacional (da nação, entre nações e no plano da hegemonia e/ou

prepotência de uma nação sobre outras), há instâncias dos processos políticos mundiais que permitem identificar, freqüentemente, uma sobre-determinação do peso da economia e da tecnologia (mesmo que sujeita à competição e às negociações internacionais) e da força militar (ainda que sujeita às forças produtivas ou tecnológicas e aos acordos internacionais) sobre os outros elementos da experiência social no espaço mundial.

CONCLUSÃO

Dois argumentos perpassam as análises aqui desenvolvidas e merecem destaque na conclusão deste artigo. Primeiramente, procurou-se salientar, por meio da contribuição dos diversos autores, a importância dos esforços contemporâneos de reconsideração intelectual do problema da política e, por decorrência, da internacionalização. As relações internacionais, seus processos, atores e regimes não são objetos de análise que possam, hodiernamente, ser tratados exclusivamente em uma perspectiva teórica clássica. É por isso que a desnaturalização da concepção tradicional de política se torna fundamental no campo das relações internacionais: afinal de contas, os atores internacionais vivem em um mundo que eles mesmos constroem, e o sistema-mundo não é preexistente aos sujeitos. Trata-se, o próprio sistema-mundo, de um construto social em que os agentes e as estruturas são co-constituídos. Como assinala Wendt (1999), é evidente que as causas materiais (produção, tecnologia, armamento) são fundamentais na construção desse sistema, mas as idéias, os valores e as experiências dos sujeitos individuais e coletivos são igualmente importantes para a compreensão das ordens mundiais existentes e das possíveis mudanças.

O segundo argumento fundamental para a construção de uma agenda de pesquisa renovada no campo da política mundial defende que três são os parâmetros de análise dessa política a serem aprofundados: a) os atores e as relações transnacionais, bem como suas interações com o

campo institucional e intergovernamental (influência, conflito, cooperação, projetos); b) a multiplicidade dos espaços públicos e as relações entre eles, assim como as distintas agendas e demandas políticas na conformação da ordem mundial; c) a experiência evidenciada nas distintas trajetórias dos sujeitos individuais e coletivos na política mundial, refletindo as formas biográficas que assumem algumas articulações entre atores inter ou transnacionais. Tais parâmetros podem apon- tar recursos teórico-metodológicos que ajudem a superar as dicotomias clássicas de ordem *versus* desordem, centro *versus* periferia, nacional *versus* internacional, agente *versus* sistema político, dis- curso *versus* prática e reforçar a análise das múlti- plas e complexas continuidades, vinculações, rup- turas, mudanças, conflitos e cooperações no espa- ço mundial contemporâneo.

(Recebido para publicação em agosto 2006)
(Aceito em setembro de 2006)

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1986.
- BADIE, Bertrand. *La fin des territoires, essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 1995. (Collection l'Espace du politique).
- BADIE, Bertrand. *Um mundo sem soberania, os Estados entre o artifício e a responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. (Coleção economia e política).
- BARROS, Alberto Ribeiro de. *A teoria da soberania de Jean Bodin*. São Paulo: Unimarco Editora/FAPESP, 2001.
- BARTELSON, Jens. Three concepts of globalization. *International Sociology [Journal of the International Sociological Association]*, [S.l.], v. 15, n. 2, jun., 2000.
- BEAUD, Michel et al (Orgs.) *Mondialisation, les mots et les choses*. Paris: Karthala/GEMDEV, 1999.
- BURTON, John. *World society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- CASTELLS, Manuel. *La société en réseaux*. Paris: Fayard, 1998.
- COLONOMOS, Ariel. *Sociologie des réseaux transnationaux*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, S. *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 49-66.
- COX, Robert W.; SINCLAIR, T. J. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DEGENNE, Alain; FORSE, Michel. *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Collin, 1994.
- DELANNOI, Gil. *Sociologie de la nation, fondements théoriques et expériences historiques*. Paris: Armand Collin, 1999. (Cursus sociologie).
- DEVIN, Guillaume (Org.) *Les solidarités transnationales*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- DOUGLAS, Mary. Justice sociale et sentiment de justice. In: AFFICHARD ; FOUCAULD (Orgs.) *Pluralisme e équité - la justice sociale dans les démocraties*. Paris: Éditions Esprit, Commissariat Général du Plan, 1995.
- DOYLE, Michael. Liberalism and world politics. *American Political Science Review*, [S.l.], n. 80, p. 1151-1169, dez., 1985.
- DUBET, F. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Critical discourse analysis, the critical study of language*. Londres: Longman, 1995.
- FARO DE CASTRO, Marcos. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. Cadernos do REL, Brasília, n. 20/21, 2001.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Graig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1992.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, [S.l.], v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio, 1973.
- GUIBERNAU, M. *Nacionalismos, o Estado Nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Graig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1992.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, 1995.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HERMET, Guy. *La gouvernance, un concept et ses applications*. Paris: Karthala, 2005.
- KRASNER, Stephen. Compromising Westphalia. *International Security*, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 115-151. 1995/96.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph (Orgs.) *Transnational relations and world politics*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1972.
- LANIADO, Ruthy Nadia. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1/2, 2001.
- MACLEAN, John. Philosophical roots of globalization and philosophical routes to globalization. In: GERMAN, Randall D. (Org.) *Globalization and its critics: perspectives from political economy*. Basingstoke: Macmillan, 2000.
- MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. *Transnational social movements and the globalization agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum*, [S.l.], 2006. 26 p. (Artigo premiado pelo Centro Edelstein de Estudos Sociais e Associação Brasileira de Ciência Política).
- MILANI, Carlos R. S.; ARTURI, Carlos S.; SOLINIS, Germán (Orgs.) *Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?* Porto Alegre: Editora da UFRGS/UNESCO, 2002.

- MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- MOTTA, A.B. Da teoria de gerações na perspectiva de gênero. In: SANTANA CRUZ; FÁRIA ALVES (Orgs.) *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracajú: Redor/Nepimg/UFS/FAP-SE, 2005.
- MOUFFE, Chantal. Feminism, citizenship and radical democratic politics. In: BUTLER, J.; SCOTT, Joan W. *Feminist theorize the political*. New York: Routledge, 1992.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais, correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005.
- NYE, Joseph. *Bound to lead, the changing nature of american power*. New York: Basic Books, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OSIANDER, Andreas. *Sovereignty, international relations and the Westphalian Myth*. International Organization, [S.l.], v. 55, n. 2, p. 251-287, 2001.
- RISSE-KAPPEN, Thomas (Org.) *Bringing transnational relations back in, non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROSENAU, James. *Turbulence in world politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- RUGGIE, John. Territoriality and beyond: problematizing modernity in international relations. *International Organization*, [S.l.], n. 47, p. 139-174, 1993.
- SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.
- _____. Experience. In: BUTLER, J.; SCOTT, W.J. *Feminist theorize the political*. New York: Routledge, 1992.
- SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Brasília: Editora da UnB, 2004.
- STRANGE, Susan. *States and markets*. Londres: Pinter Publishers, 1988.
- THERBORN, Göran. *Globalisations, dimensions, historical waves, regional effects, normative governance*. International Sociology /Journal of the International Sociological Association], [S.l.], v. 15, n. 2, jun., 2000.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Le système du monde du XVIe siècle à nos jours*. Paris: Flammarion, 1984.
- _____. The dilemmas of open space: the future of the WSF. *International Social Science Journal*, [S.l.], n. 182, p. 629-637, 2004.
- WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real! Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.